



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA -
UNICEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS – FATECS**

EDIANE EVARISTO BANDEIRA

UMA ANÁLISE SOBRE OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO

**BRASÍLIA
2016**

EDIANE EVARISTO BANDEIRA

UMA ANÁLISE SOBRE OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Vivaldo de Sousa

BRASÍLIA

2016

EDIANE EVARISTO BANDEIRA

UMA ANÁLISE SOBRE OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Vivaldo de Sousa

Brasília, 22 de junho de 2016

Banca Examinadora

Professor Vivaldo de Souza
Orientador

Professora Renata Carvalho
Examinadora

Professora Katrine Boaventura
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que me sustentou e me sustenta diariamente e me proporcionou cursar uma faculdade e tem estado comigo em todos os momentos. Se estou me formando foi porque Ele sonhou primeiro.

Ao professor Vivaldo de Sousa, por ter comprado a minha ideia em fazer esta pesquisa, obrigada pela orientação e paciência dispensadas a mim.

Aos meus amigos Helena Azeredo, Rodrigo Alberto e Sérgio Lopes, por terem se disposto a me ajudar, me dando força, quando eu estava com dificuldades na pesquisa, vocês foram essenciais neste trabalho e levarei essa amizade para a vida toda.

Ao corpo docente, do curso de comunicação social, no Centro Universitário de Brasília (CEUB) – pela oportunidade que tive de viver experiências enriquecedoras e terem contribuído para a minha formação como profissional na área de jornalismo.

À minha família, minha base e meu porto seguro, sem o apoio de vocês, esse sonho não se realizaria, essa conquista é nossa.

RESUMO

O trabalho discute os conceitos de imparcialidade, objetividade, neutralidade sempre citados como critérios a serem seguidos no meio jornalístico. A pesquisa explica o exercício da profissão a partir da formação acadêmica do jornalista, quanto à ética no trabalho e descreve os conceitos da questão problema. Autores discorrem a respeito da verdade e a preocupação do jornalista em ser objetivo acrescentando os pré-conceitos de cada profissional.

Palavras-chave: Imparcialidade. Objetividade. Subjetividade. Jornalismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
1.1 DEFINIÇÃO DE IMPARCIALIDADE.....	07
1.2 OBJETIVIDADE / SUBJETIVIDADE.....	08
2. METODOLOGIA	11
3. A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO JORNALISTA	13
4. “IMPARCIALIDADE” NA ATUAÇÃO DE JORNALISTA	16
4.1 ÉTICA NO JORNALISMO	19
5. VISÕES ACERCA DE IMPARCIALIDADE E OBJETIVIDADE	22
6. CONCLUSÕES PRELIMINARES	25
REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

Embora a neutralidade, a imparcialidade e a objetividade, assim como a busca da verdade, sejam metas perseguidas diariamente por jornalistas e repórteres, a imprensa é acusada com frequência de distorcer fatos e nem sempre reproduzir as diversas versões presentes num acontecimento. Diante desse cenário, essa pesquisa busca analisar os conceitos de objetividade, neutralidade e imparcialidade no jornalismo, a partir da literatura sobre o tema, cuja discussão é recorrente entre os teóricos do jornalismo e os próprios profissionais. Além da abordagem de aspectos teóricos e conceituais.

Segundo Hudec (1981, p. 45):

O jornalista assume a grande responsabilidade não só de fornecer informações separadas, verdadeiras, de importância variada, mas também de possibilitar às massas um conhecimento verdadeiro no seu contexto mais vasto.

Ou seja, para o autor o papel do jornalista é permitir ao público o acesso à informação de teor verdadeiro. Apurar, checar e recheckar os dados colhidos para depois construir a matéria. Isso traz credibilidade ao profissional, que não deve pretender influenciar nas conclusões de seu público.

Para Traquina (2012, pág. 149), “o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais.”

O autor faz reflexão sobre a importância do jornalista ao retratar o fato com clareza, sem emitir juízo de valor enquanto poder de opinião pública, para aqueles que irão ler, ouvir ou assistir à matéria. Esse conceito nos remete à teoria do espelho, que segundo Pena (2013, p. 125):

[...] é a ideia de que o jornalismo reflete a realidade. Ou seja, as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina. A imprensa funciona como um espelho do real, apresentando um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano.

Nesta mesma linha de pensamento Traquina (2005, p 62) diz que, “segundo a metáfora dominante no campo jornalístico, o jornalista é um espelho que reflete a realidade. O jornalista é simplesmente um mediador.”

De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003, p.127), o respeito pelo público está em fazer um trabalho transparente, sem emissão de juízo de valor em todo o processo na apuração e construção da notícia:

A transparência [...] mostra o respeito dos jornalistas por seu público. Permite a este julgar a validade da informação, o processo pelo qual essa mesma informação foi obtida e os motivos e preconceitos do jornalista que a transmite.

Ainda sobre a transparência, Marcondes Filho (2002 p. 112), nesta mesma linha de pensamento sustenta:

[...] a ideologia da transparência é o único horizonte possível da imprensa; segundo ele, o que importa hoje, em termos de jornalismo, é “ver claramente a realidade, o sentido”, isto é: bom é tudo aquilo que é diáfano, translúcido, visível; todos os espaços, territórios, processos que se deixam ver.

Como problema central da pesquisa, buscamos compreender porque, na prática, esses conceitos são considerados difíceis de serem praticados no meio jornalístico. Nesse sentido, o objetivo geral é analisar a visão dos teóricos da comunicação a respeito dos conceitos de objetividade e imparcialidade.

A pesquisa tem ainda os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a formação acadêmica dos jornalistas;
- Analisar os conceitos de imparcialidade, objetividade e subjetividade na literatura jornalística;
- Analisar as várias visões acerca da imparcialidade e objetividade.

Com isso a principal justificativa pela a escolha do objeto de estudo, surge a partir da necessidade em compreender por que esses critérios de imparcialidade, objetividade e neutralidade no jornalismo são difíceis de serem praticados no exercício diário da profissão.

Falar sobre este tema torna-se um grande desafio, já que não se tem uma resposta concreta acerca deste assunto, que é tão discutido no meio jornalístico, é um assunto que gera muita polêmica, pois não se consegue chegar há um denominador comum, porém de bastante relevância esta discussão.

Primeiramente, buscamos entender como se dá a formação acadêmica, o relacionamento entre professor e aluno e as matrizes curriculares para a realização do curso, e depois, verificar como se dá na atuação do profissional em jornalismo,

quais as dificuldades que este (o jornalista) encontra, para desempenhar a profissão? Como se dá o compromisso com a verdade do emissor ao receptor? Buscar compreender essa problemática passando pela ética. E analisar o que os teóricos discutem acerca desses conceitos, demonstrando os diversos pontos de vista de cada um a respeito dos conceitos.

1.1 DEFINIÇÃO DE IMPARCIALIDADE

Amaral diz, acerca da ¹imparcialidade que (1996, p. 18), nossas atitudes são influenciadas pelos valores adquiridos ao longo da vida.

Somos prisioneiros de sistemas de valores adquiridos. Os nossos atos são influenciados, quando não determinados, por nossa maneira própria de ver, sentir e reagir à ação dos agentes externos. O ser humano vê o mundo por meio de uma espécie de filtro e com base nessa apreciação constrói a sua realidade.

Assim sendo, o autor diz que cada ser tem a bagagem e construção de vida, onde se formam a compreensão de mundo, valores e julgamentos.

Kovach e Rosenstiel (2003, p. 41) citam um comentário de John Seeley Brown, ex-diretor da Xerox PARC, onde ele diz que o jornalista precisa ter multiolhares: “habilidade para olhar as coisas sob múltiplos pontos de vista e habilidade para chegar ao fundo das questões analisadas.”

Além disso os autores Kovach e Rosenstiel (2003, p. 122) destacam que:

Imparcialidade deve significar que o jornalista esta sendo equânime e isento em relação aos fatos, e ao entendimento que os cidadãos têm deles. Não deve significar “estou sendo justo com minhas fontes, de forma que nenhuma delas ficará chateada?” Tampouco deve o jornalista perguntar “será que a minha matéria parece imparcial?” Estes são julgamentos subjetivos que talvez afastem o jornalista da necessidade de checar ainda mais seu trabalho.

Nessa mesma linha, Bourdieu (2005, p. 77 apud TRAQUINA, 1997 p. 12) diz:

¹ Segundo o dicionário Aurélio (2002), o significado de imparcial é: que não favorece um em detrimento de terceiro, que revela imparcialidade, que não tem partido, reto, justo, que julga como deve julgar entre interesses que se opõem.

Os jornalistas têm óculos particulares – são os seus valores-notícia. Escreve Bourdieu (1997:12): “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado.

1.2 OBJETIVIDADE / SUBJETIVIDADE

O conceito de ²objetividade é um dos mais discutidos no meio jornalístico, pois vem em oposição à subjetividade.

De acordo com Barros Filho (1995, p. 43) a objetividade é composta por alguns itens:

[...] elementos como verdade, equilíbrio, checabilidade, clareza, legibilidade, equidistância e isenção são os mais comumente citados como componentes do ideal-tipo “objetividade” ou como medidores do grau de objetividade de um produto específico da mídia.

Para Marcondes Filho (2002, p.110):

Objetividade, na perspectiva de Kant, seria uma representação correta da realidade e não, como se crê, aquilo que existe independentemente do espírito humano e que é oposto ao mundo aparente, irreal, ilusório (subjetivo).

De acordo com Correia (1997, p. 161), o conceito de objetividade nasce no final do século passado, depois da Primeira Guerra Mundial: “Nascida, no final do século passado, com a imprensa industrial e noticiosa, e consolidada como princípio jornalístico básico depois da primeira guerra Mundial.”

Barros Filho (1995, p. 26) corrobora com este conceito, quanto ao surgimento do jornalismo objetivo.

²Segundo o Dicionário de comunicação, a objetividade é definida como qualidade de um texto informativo que procura retratar fielmente os fatos, sem a interferência de valores subjetivos e opiniões pessoais no processamento da informação. Embora frequentemente citada, a objetividade é impossível, em termos absolutos. Tanto em veículos impressos quanto audiovisuais, e até mesmo na fotografia, o simples mecanismo de seleção de informações a serem divulgadas e o encadeamento dessas informações no discurso já eliminam a pretensa objetividade. Em jornalismo, é mais adequado falar em honestidade de informação do que em objetividade (RABAÇA; BARBOSA 2001, p. 46).

Se a ideia de objetividade surgiu num momento histórico relativamente preciso, seu prestígio desde então passou por fases distintas. Sempre correndo o risco de simplificações e reduções abusivas, podemos dizer que, até fins da década de 20, os preceitos da objetividade pareciam inatacáveis. Com o surgimento das grandes revistas (mormente Time) e do jornalismo dito interpretativo, passou-se a questionar as restrições próprias a uma “retratação” fiel da realidade. Só uma valoração, uma hierarquização de temas, poderia permitir ao receptor distinguir com maior facilidade o essencial do menos importante.

Já em Kovach e Rosenstiel (2003, p. 114), o conceito de objetividade surge no começo do século passado baseado na crença de que os jornalistas eram muito preconceituosos.

O termo começou a surgir como parte do jornalismo no começo do último século, particularmente por volta dos anos 20, com base na crença de que os jornalistas trabalhavam de fato com muitos preconceitos, às vezes em nível inconsciente.

De acordo com Correia (1997, p. 163), “a objetividade não existe; o que deve existir, sim, é a constante preocupação do jornalista em ser objetivo.” Para Kunczik (2001, p. 223), “o conceito de objetividade está ligado, na literatura, à relação existente entre as declarações jornalísticas e a realidade”.

Além disso, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 128) afirmam que objetividade no jornalismo consiste em o emissor dizer o que conhece para o receptor e este, se quiser, repercute a informação: “No jornalismo, só explicando como sabemos o que sabemos podemos fazer com que o público possa, queira, reproduzir a informação. É isso o que significa objetividade de método na ciência, ou no jornalismo.”

Saxer (2001, p. 228-229 apud, KUNCZIK 1974) cita os quatro pontos de vista básicos sobre a possibilidade da objetividade:

1. Afirma-se sem reservas a conveniência e a possibilidade da objetividade editorial. Essa atitude, que não vê contradição alguma entre a norma e a realidade, só se sustenta de um ponto de vista não-científico;
2. Afirma-se criticamente a conveniência e a possibilidade da objetividade editorial; ela nem sempre é absoluta e não se considera possível sua consecução no sentido de demandas absolutas. Essa afirmação crítica da objetividade define-a como uma norma ocupacional basicamente praticável e como requisito prévio da comunicação numa democracia parlamentar;
3. Reconhece-se em princípio a conveniência da objetividade editorial, mas discute-se a sua possibilidade, já que sempre entram em jogo elementos subjetivos. Exige-se a equidade ou a expressão de uma variedade de opiniões;
4. Nega-se terminantemente a conveniência e a possibilidade da objetividade editorial. A objetividade é mera ficção científica.

Aí estão quatro pontos de vista sobre a conveniência e a possibilidade da

objetividade, apontados pelo autor, e no quarto ponto ele ainda diz que é mera ficção científica, ou seja, uma coisa que não existe.

Ao contrário do que dizem estes autores, Hallin (2005, p.87 apud, TRAQUINA 1986) fala sobre valores-notícia, e cita sobre a esfera da controvérsia, esta contempla a objetividade e neutralidade como primordiais:

Segundo Hallin, uma segunda região do mundo jornalístico é a esfera de controvérsia – para além da esfera de consenso fica aquilo a que se pode chamar a esfera de controvérsia legítima. Esta é a região onde a objetividade reina soberanamente na prática jornalística. Aqui, a neutralidade e o equilíbrio são as principais virtudes jornalísticas. Os jornalistas apresentam os dois lados da questão sem tomar partido, seguindo os procedimentos que estão identificados com a objetividade [...].

Barros Filho (1995, p. 47) corrobora ao dizer que:

A objetividade e suas regras de procedimentos são alvo de severas críticas por parte de estudiosos da comunicação que, de um lado, não vêem sentido em perseguir o que não existe (a objetividade plena ou pura) e, de outro, relativizam a eficácia dos dogmas do “jornalismo informativo” para atingir o objetivo de bem informar.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do estudo foi adotada como metodologia a revisão bibliográfica. A pesquisa qualitativa será realizada a partir do levantamento de informações, para adquirir o máximo de conhecimento sobre o tema a fim de responder o problema da pesquisa.

O levantamento de informações por revisão bibliográfica permite analisar com profundidade o tema. Segundo Bardin (2004, p. 29): “ [...]Esta técnica, ou melhor, estas técnicas implicam um trabalho exaustivo com as suas divisões, cálculos e aperfeiçoamentos incessantes do métier.”

A pesquisa exploratória e qualitativa nos permitiu conhecer o assunto em questão, como disse Bardin (2004, p. 31) “[...]tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta[...]”.

Foram feitas leituras no período de Março a Maio para o levantamento de informações, sendo tempo suficiente para a pesquisa.

Na introdução tratamos sobre os conceitos de imparcialidade, objetividade e subjetividade a partir do que discutem os autores: Barros Filho (1995), Marcondes Filho (2002), Hudec (1981), Traquina (2004 e 2005), Pena (2013), Kovach e Rosenstiel (2003), Amaral (1996), Correia (1998), Rabaça e Barbosa (2001) e Kunczik (2001).

Iremos abordar no primeiro capítulo sobre a formação acadêmica do jornalista, trazendo a importância da graduação na visão dos autores: Barros Filho (1995), Oliveira (2009), Kovach e Rosenstiel (2003), Bernardo e Leão (2005), e matrizes curriculares para o curso de comunicação, apoiada no site do Ministério da Educação e Cultura.

No segundo capítulo destacamos a questão da Imparcialidade na atuação do jornalista e ética de alguns veículos e profissionais. Para isto recorreremos aos autores: Barros Filho (1995), Hohlfeldt (2002), Traquina (2005), Rossi e Ramires (2013), Alsina (2009), Bucci (2003), Silva e Oliveira (2006), Kovach e Rosenstiel (2003), Valls (1994), Christofolletti (2008), Lage (1998) e Rossi (2002).

Abordaremos no terceiro capítulo a questão da descrença na imparcialidade, objetividade tendo como base os autores: Barros Filho (1995), Kunczik (2001), Rossi (2002), Guerra (1999), Correia (1997), Kovach e Rosenstiel (2003), Amaral (1996)

Rossi e Ramires (2013), Costa (1991), Karam (2004).

3. A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO JORNALISTA

Em ambiente acadêmico aprende-se várias teorias e técnicas de como se fazer jornalismo com linguagem clara, ética, imparcial, objetiva e comprometida com o serviço de utilidade pública; afinal o repórter tem responsabilidade social com o que diz e leva a público.

Barros Filho (1995, p. 27, grifo nosso) colabora com este pensamento acerca do ensino na faculdade:

Assim, a defesa da **objetividade** como imperativo de procedimento na produção mediática era feita em manuais de introdução ao jornalismo, em estudos de deontologia e em códigos de ética. Ensinava-se aos **alunos** como *devem* atuar os jornalistas, admitida a **objetividade** como já adotada pelos profissionais [...].

O argumento defendido para o ensino superior em jornalismo tomou força nos anos 50, quando se percebeu que a maioria dos profissionais não tinha terminado sequer o ensino médio, mas, também, existiam na época, profissionais com nível superior e, portanto melhor preparados:

[...] a defesa da formação educacional superior, como aspecto fundamental do processo de profissionalização, também foi relacionada à necessidade de dotar os jornalistas de competência técnica específica na produção da notícia. Essa competência especializada - expertise técnica – permitiria certa racionalização das práticas jornalísticas, tendo como base uma epistemologia fundamentada em conceitos como a **objetividade, imparcialidade e neutralidade**, que se tornariam, a partir dos anos 50, orientações valorativas indispensáveis aos padrões de profissionalismo. (OLIVEIRA 2009, p. 10, grifo nosso)

Kovach e Rosenstiel (2003, p. 66) afirmam que, para uma parcela de profissionais, a formação acadêmica era menosprezada e argumentam que aprenderiam a profissão pelas práticas diárias:

As teorias de jornalismo ficam nas cabeças dos acadêmicos, e grande parte dos jornalistas sempre desvalorizou o ensino profissional, argumentando que a única forma de aprender o ofício é por osmose nas tarefas do dia-a-dia.

O eixo de formação profissional objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático nos processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os

acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa.

As Matrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação Social contemplam as técnicas e teorias para a formação do profissional e também o papel fundamental do professor nessa formação, onde este será a ponte entre o aluno e a universidade é o que dizem Bernardo e Leão (2005, p.19 grifo nosso):

Deve se ter como ponto de referência que o jornalista é sujeito desta sociedade, dos seus valores, da sua cultura, das normas e até das próprias técnicas e teorias, das quais fazem uso as Matrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação Social para que seja formado este profissional que, após a conclusão do curso, irá emitir **juízos e valores** que se tornarão públicos por meio da sua atuação profissional. Outro ator, que entra neste cenário de formação profissional do jornalista que possui extrema importância é o docente, que também tem os seus próprios valores, sua experiência profissional e de vida e que vai ser o elo entre o Projeto Pedagógico do Curso, com todos os objetivos, perfis, matriz curricular e o acadêmico.

A Resolução nº 1/2013 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado e dá outras providências. O artigo quinto trata das aptidões que o concluinte do curso de Jornalismo deve possuir para exercer a profissão.

Item V - Competências comportamentais que o profissional precisa ter para exercer de forma ética a profissão:

- a) perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social;
- b) identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo;
- c) conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão;
- d) avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas;
- e) atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade;
- f) impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público;
- g) exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões. (BRASIL, 2013, p. 4)

O Artigo sexto da resolução nº 1/2013 do MEC, trata dos conteúdos que o projeto pedagógico deve contemplar, e traz seis eixos de formação:

I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas

contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana.

II - Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

III - Eixo de fundamentação contextual, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

IV - Eixo de formação profissional, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

V - Eixo de aplicação processual, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI - Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros. (BRASIL, 2013, p. 4-5).

Finalizando este capítulo, considera-se que a graduação não pode ser ministrada em separado dos valores culturais e sociais:

Percebe-se, portanto, que a formação profissional do jornalista não pode ser oferecida de forma desvinculada dos aspectos sociais nos quais se encontra localizada a instituição de ensino superior onde este profissional é formado. (BERNARDO; LEÃO 2005, p. 22).

4. “IMPARCIALIDADE” NA ATUAÇÃO DE JORNALISTAS

O processo de reportagem se dá a partir da reunião de pauta, onde são levantadas as possibilidades de matérias que podem vir à público.

Após apurar, checar, recheckar todos os dados o profissional começa a construir a matéria, usando a técnica do lide³ e Pirâmide invertida⁴ para situar o leitor sobre as informações mais importantes da matéria. O jornalista tem que ser isento e não demonstrar juízo de valor para não influenciar na compreensão do leitor.

Segundo Andrade (2002, p. 110 apud HOHLFELDT), “[...] quem relata precisa estar muito atento para não envolver sua percepção ou conteúdos inconscientes presentes em sua redação.”

Traquina (2005, p. 78) resalta que:

Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia.

Para Rossi e Ramires (2013 p. 78), “a condição de isento, imparcial garante ao jornalista e ao seu trabalho uma espécie de selo de garantia do produto notícia, que traz confiança ao público.”

Significa que é confiável e está acima de qualquer suspeita e para um jornal, seja ele impresso ou telejornal, o que conta é a credibilidade para se ter audiência ou vendagens.

Veamos o exemplo que Alsina (2009, p. 242) nos traz, ele destaca o caso do *Washington Post*, em 28 de fevereiro de 1980, em que foi publicada uma reportagem falsa contando a história de um menino negro que se drogava, ganhou até o prêmio Pulitzer, mas no final foi descoberto que era uma reportagem inventada. “Esse fato quebrou a relação fiduciária que tinha sido estabelecida com os leitores; a credibilidade da imprensa sofreu muito.”

³ Lide: O lide clássico ordena os elementos da proposição - quem/ o que, fez o que, quando, onde, como, por que/ para que – a partir da notação mais importante, excluído o verbo. (LAGE, 2005, p. 75)

⁴ Pirâmide Invertida: Disposição das informações, por ordem decrescente de importância, em um texto jornalístico. [...] Com as informações mais “quentes” (o clímax) da notícia logo no início do texto, o emprego da pirâmide invertida prende a atenção do leitor e permite que ele se inteire dos principais fatos, mesmo que não leia todo o texto [...] (RABAÇA; BARBOSA 2002, p.568)

Alsina (2009) nos diz, com relação a este caso, que o público passa a desconfiar da veracidade das notícias veiculadas. Deste modo Alsina (2009, p. 247) sustenta: “tudo isso gera grande desconfiança nos meios de comunicação e, principalmente, na televisão. Começa a se ver claramente que os meios de comunicação também mentem”.

Deste modo, Barros Filho (1995, p. 38) sustenta, acerca da veracidade e no encaminhamento da comunicação: “A verdade, assim, se constitui como uma norma que garante o desenvolvimento do processo comunicativo entre o codificador e o decodificador.”

Bucci (2000, p. 31) reforça o argumento de Alsina ao se referir à suposição de informações das mídias televisivas, citando como exemplo a Rede Globo: “Uma mentira narrada como verdade pelos locutores da Globo não é a mesma coisa que uma mentira publicada num quinzenário de uma pequena cidade.”

Os autores referem-se ao poder de manipulação⁵ que o emissor exerce sobre o receptor. No entanto, cada veículo tem posicionamentos diferentes e gera opiniões contrárias a respeito de um mesmo assunto.

Alsina (2009, p. 239) corrobora o entendimento de Bucci: “o efeito de verdade dessa não verdade gerada pela mídia é bem forte, já que se encontram encobertos a maioria dos mecanismos de produção.” Ele esclarece que, a repercussão produzida é impactante pois, por trás de tudo, esta sempre o interesse da mídia.

Neste sentido, Barros Filho (1995, p. 28) afirma que, “para a obtenção da verdade, não se poderia admitir qualquer introdução de elementos subjetivos na captação e na comunicação dos fatos.”

Cornu (1998, p. 65) reforça essa ideia da verdade: “A credibilidade dos meios de comunicação está ligada à veracidade das notícias, à honestidade com que são tratadas, à exatidão de seu conteúdo.”

Rossi e Ramires (2013, p. 81) afirmam que:

A notícia só será confiável se os fatos forem reproduzidos exatamente da maneira como eles são e para isso, as audiências acreditam haver técnicas jornalísticas que consigam extrair a verdade dos fatos.

⁵ Manipulação: Ato de elaborar, investigar ou editar uma notícia de forma dirigida, parcial, preconcebida, para atender a determinados objetivos e interesses (da direção do veículo ou do próprio repórter) (RABAÇA; BARBOSA 2002, p.452)

Para o público, uma notícia confiável mostra as verdades dos fatos e relata exatamente como aconteceu. Porém, existem critérios de noticiabilidade⁶ que precisam ser levados em consideração e também a teoria de ⁷*newsmaking*, nos mostra como se dá essa construção da notícia.

Silva e Oliveira (2006) falam sobre a ligação da notícia com o público:

A notícia possui uma relação direta com o público que se estabelece na forma como ela é estruturada, indicando uma intenção de ideias, e não algo propriamente revelado como uma verdade simplesmente dada, neutra e imparcial. (SILVA e OLIVEIRA, 2006, p. 05).

Os autores se referem ao envolvimento do espectador com a construção da notícia a partir da hierarquização de ideias como a estrutura do lide e organização do texto.

Segundo Cornu (1997, p. 64):

Para que seja considerada boa, a imprensa deve corresponder às exigências da verdade: informações exatas, verificadas, apresentadas de modo equânime, opiniões expostas com honestidade livres de preconceitos, relatos jornalísticos verídicos e ciosos de sua autenticidade.

Para Kovach e Rosenstiel (2003, p. 36), estar informado é a percepção fundamental e necessária do indivíduo globalizado que busca em diversas mídias o conhecimento dos fatos:

As pessoas precisam de informação por causa de um instinto básico do ser humano, que chamamos de Instinto de Percepção. Elas precisam saber o que acontece do outro lado do país e do mundo, precisam estar a par de fatos que vão além de sua própria experiência.

⁶ Critério de noticiabilidade: “Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores – notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”).” (TRAQUINA 2005, p. 63)

⁷ A perspectiva da teoria do *newsmaking* é construtivista e rejeita claramente a teoria do espelho. Mas isso não significa considerar as notícias ficcionais, sem correspondência com a realidade exterior. Na verdade, o método construtivista apenas enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade. Entretanto, também ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção. Assim, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. (PENA 2013, p. 128 – 129).

Para isto a internet é um ótimo aliado na atualização de informações do que acontece no mundo, saber para além do que vivem.

4.1 ÉTICA NO JORNALISMO

Para Valls (1994, p. 7):

A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento.

Falar sobre ⁸ética é falar sobre moral e comportamentos que vão influenciar uma sociedade.

Christofolletti (2008, p. 11) afirma que jornalistas não precisam se desprender das suas convicções, mas podem procurar evitar o ponto de vista, porém precisam ser cautelosos para não perder o vínculo com o público.

Repórteres [...] não devem se descolar de seus compromentimentos e valores. Podem tentar suspender suas opiniões em certos momentos, mas, se por acaso esquecerem suas funções e suas relações com o público, vão colocar tudo a perder.

Traquina (2005, p. 75) destaca que:

O significado de um acontecimento é muitas vezes julgado antes, ao ponto em que o repórter visualizará o que vai acontecer e produz então uma notícia que torna o resultado completamente previsível independentemente do que já transpirou.

Ao adentrar neste tema, nos remetemos aos veículos de comunicação que, muitas vezes, nos deixam bem clara a falta de responsabilidade. Bucci (2000) cita o

⁸ Segundo dicionário Aurélio (2002), ética significa estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.

exemplo da Rede Globo que por várias vezes transmite reportagens de forma tendenciosa ao telespectador.

No dia 25 de janeiro de 1984, o *Jornal Nacional* tapeou o telespectador. Mostrou cenas de uma manifestação pública na Praça da Sé, em São Paulo, e disse que aquilo acontecia em virtude da comemoração do aniversário da cidade. [...] o motivo que o *Jornal Nacional* atribuiu a ela não passava de invenção. [...] A multidão estava lá para exigir eleições diretas para a Presidência da República. O *Jornal Nacional* enganou o cidadão naquela noite – e prosseguiu enganando durante semanas a fio, ao omitir as informações sobre a campanha por eleições diretas. (BUCCI, 2000, p. 29).

Ainda nesse viés, existe outro exemplo sobre a manipulação da Rede Globo que Bucci (2000) nos traz, este em relação à eleição em 1989 de Fernando Collor, deixando bem claro o apoio do *Jornal Nacional*, *Fantástico* entre outros programas jornalísticos da emissora.

Roberto Marinho, o dono das organizações Globo, foi muito claro a esse respeito numa entrevista ao Hélio Contreiras publicada no *Jornal da Tarde* de 6 de abril de 1993. Perguntou o repórter: “Mas o senhor reconhece que a Rede Globo e O Globo influenciaram [o público] para a eleição do presidente Collor?”. Respondeu Roberto Marinho: “Sim, nós promovemos a eleição de Collor e eu tinha os melhores motivos para um grande entusiasmo e uma grande esperança de que ele faria um governo extraordinário.” (BUCCI, 2000, p. 30).

Segundo Bucci (2000, p.31).], “[...] a principal rede de televisão do país falsifica, distorce e omite informações essenciais. Deliberadamente.” Para ele, a Globo criou um cenário eleitoral conveniente conforme seus interesses.

Lage (1998, p. 388) cita a hipótese de Venício A. de Lima, da Universidade de Brasília, a respeito do cenário político construído pela Globo: “[...] a vitória do candidato Fernando Collor deve-se ao cenário político construído pela televisão em período anterior a junho de 1989.”

Andrade (2002, p. 114 apud HOHLFELDT, grifo nosso) contribui dizendo:

Surge, então, um outro fator relevante a partir da valorização da informação dos fatos que é a informação do espetáculo, onde o princípio da neutralidade desaparece da mídia porque ela está obrigada a expor todos os pontos de vista, informando tudo ao público, a partir de ideias pré-elaboradas, pré-concebidas, sem espaço para que ele, o público, forme sua opinião [...].

Segundo Barros Filho (1995, p. 29) “[...] os programas informativos têm de ser, sobretudo, imparciais, informativos, objetivos, verazes e precisos”.

Ainda refletindo o tema, Bucci (2000, p. 33) considera que: “Quando o poder age no sentido de subtrair ao cidadão a informação que lhe é devida, está corroendo as bases do exercício do jornalismo ético, que é o bom jornalismo, e corrompendo a sociedade.”

O autor acredita que, quando o jornalismo age de forma antiética, está comprometendo o exercício de um jornalismo limpo e verdadeiro. E complementa “o Brasil é um país que se comunica e se reconhece pela TV, qualquer distorção que nela ocorra gera efeitos de grandes proporções” (BUCCI, 2000, p. 138).

Rossi (2000, p. 16) nos traz um argumento a respeito da manipulação: “a TV não precisa inventar nada. Ela pode, apenas com a seleção de imagens reais, criar uma realidade mais forte do que a de fato aconteceu.”

Para colaborar com este pensamento, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 45) trazem posicionamento sobre como se dá a manipulação nos veículos audiovisuais e impressos: “Políticas e ideias são descartadas ou apresentadas como esporte, ou enfiadas no contexto de como uma certa posição política é calculada para que um certo candidato leve vantagem sobre um rival ou concorrente.”

Os autores estão falando acerca dos assuntos de interesse político da emissora, que são embutidos em toda a programação.

E no caso das eleições presidenciais de 1989, Lage (1998, p. 389) nos lembra da imagem depreciativa que a Globo transmitiu do candidato oposto, no caso Luiz Inácio Lula da Silva: “O passo final foi dado quando, na véspera do segundo turno da eleição, a edição esdrúxula de um debate pré-eleitoral expôs, em horário nobre, imagem depreciativa do candidato que se opunha a Collor.”

E Bucci (2000, p. 31) nos recorda:

Lembremo-nos de que o brasileiro se informa prioritariamente pela televisão, e que, agora, no ano 2000, a liderança da Globo sobre as outras redes ainda é uma realidade. E era ainda mais forte entre 1984 e 1992.

5. VISÕES ACERCA DE IMPARCIALIDADE E OBJETIVIDADE

Para Correia (1997, p. 163), o profissional deve estar sempre preocupado em trazer uma notícia objetiva, que vá ao ponto. “A objetividade não existe; o que deve existir, sim, é a constante preocupação do jornalista em ser objetivo.”

Segundo Barros Filho (1995, p. 47) “A objetividade absoluta é inatingível por razões mais ou menos inerentes à especificidade da produção mediática.”

Kovach e Rosenstiel (2003, p. 61), citam pesquisa feita pelo *Pew Research Center* onde foram feitas perguntas a jornalistas sobre os valores fundamentais no jornalismo e uma das respostas foi: “não podemos ser objetivos porque entramos em assuntos já com certas ideias preconcebidas”. Os autores são claros ao dizer que os jornalistas possuem pré-conceitos e que simplesmente fica difícil se despir de toda essa bagagem de vida que têm.

Para Rossi (2002, p. 10):

É realmente inviável exigir dos jornalistas que deixem em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer o seu relato, as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato neles provocou.

As ideias de Guerra (1999, p. 01) também colaboram com este pensamento “[...] sentencia a impossibilidade de um jornalismo independente, um jornalismo que não tome partido num debate – político, por exemplo”.

O autor faz referência ao fato da neutralidade e imparcialidade impossibilitarem o profissional de trabalhar de forma autônoma. Abramo (1996, p. 49 apud AMARAL, 1989) reconhece a imparcialidade como um desrespeito ao jornalista:

No Brasil, o jornalista Cláudio Abramo não via seriedade e aplicabilidade na filosofia de trabalho que prega e estimula a abstenção de valores. Considerava-a uma bobagem e uma violação do direito íntimo de as pessoas terem opinião, uma equiparação da profissão a uma espécie de renúncia de si mesmo.

Corroborando o pensamento de Cláudio Abramo, Kunczik (2001, p. 228) diz: “Pode-se supor que quanto maior for à distância entre uma pessoa e seu trabalho

jornalístico diário, maior será sua tendência a se iludir quanto à possibilidade de uma reportagem objetiva.”

Sendo assim, Rossi e Ramires (2013, p. 82) afirmam que, nas próprias redações, os profissionais têm a imparcialidade como prioridade sobre o fato, mas que apresentam certa dúvida para conceituar o termo:

Os próprios jornalistas apontam que a imparcialidade é conceito primordial na redação sobre os acontecimentos e demonstram confusão ao tentar explicar o conceito mencionando que é possível fazer o relato puro da informação ao trabalhador para uma empresa que preze e estimule a imparcialidade nos relatos jornalísticos de seus profissionais.

Costa (1991, p. 117), primeiro ombudsman⁹ da imprensa brasileira, em palestra proferida em Fortaleza para estudantes de jornalismo, foi perguntado sobre qual é o limite de objetividade que um repórter tem diante da fonte de informação: “Até onde o repórter tem de ser objetivo perante a fonte de informação? Repeti, não sei quantas centenas de vezes, que objetividade jornalística é uma balela, mas aproximar-se dela é dever do profissional.”

Segundo Fernandes (2008, p. 01):

Imparcialidade. Isenção. Neutralidade. Objetividade. Precisão. Princípios impossíveis de serem alcançados [...] Todo e qualquer discurso, como afirma Pêcheux (1997), traz a ideologia de quem o enuncia, portanto, não há neutralidade.

Ao contrário dos autores anteriores, Karam (2004, p.42) reconhece a defesa do termo objetividade, tendo em vista que o mesmo faz parte da vida.

Apesar das renovadas discussões sobre o conceito de *objetividade*, considero que ela é defensável, existe e revela-se em dados, fatos, maneiras de viver. [...] E o jornalismo, que tem entre suas regras básicas a de um relato objetivo, apresenta na própria narrativa a dimensão humana mais subjetiva de forma objetiva.

Colaborando com este pensamento, Kovach e Rosenstiel (2003 p. 61) citam Patty Calhoun, editora do jornal alternativo semanal *Westword*, que sustenta: “Mas

⁹ Ombudsman: Profissional contratado por uma organização para observar e criticar detalhes que precisam ser corrigidos. Compete ao ouvidor receber reclamações, registrá-las e investigá-las, apresentar críticas e avaliar as providências tomadas para correção das falhas, tendo em vista o aprimoramento constante e o equilíbrio da organização no ecossistema social. [...] ele precisa ter total delegação e confiança da alta administração e dos diversos públicos envolvidos, além de manter absoluta imparcialidade em relação aos assuntos que analisa [...]. (RABAÇA; BARBOSA 2002, p.530).

podemos com toda certeza buscar a exatidão, a equidade e a verdade, e essa busca nunca termina.”

Barros Filho (1995, p. 28) destaca “[...] a aplicação das regras do “jornalismo objetivo é imperativa porque existe uma expectativa de objetividade e de imparcialidade por parte do consumidor da mídia.”

6. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Analizamos neste trabalho, o ponto de vista de vários teóricos a respeito da questão de “Imparcialidade e Objetividade no jornalismo”. O primeiro ponto é a formação acadêmica do jornalista, questão muito relevante apesar de ser menosprezada por alguns profissionais, que acreditam que se aprende a profissão apenas pelas práticas diárias.

A exigência de formação acadêmica tomou força na década de 50, do século XX quando se percebeu que a maioria dos jornalistas não tinham sequer terminado o ensino médio, quiçá, ter cursado uma faculdade. Para se fazer um jornalismo com competência é necessário o domínio de técnicas específicas para a produção da notícia, que são aprendidas em ambiente acadêmico.

Ao analisar o pensamento dos autores pudemos observar a preocupação em expor a importância de se fazer notícias objetivas e com teor verdadeiro, em mostrar que o jornalista precisa estar atento e ter cautela em não omitir opiniões, este cuidado gera confiança ao público e produz uma espécie de selo de garantia ao produto notícia.

Existem também autores que afirmam que o jornalista não pode ser objetivo devido às ideias preconcebidas, e também que não precisam se desprender de suas convicções, mas podem evitar o ponto de vista. O fundamental é o profissional se preocupar com a realidade dos fatos.

Finalmente, a descrença na imparcialidade e objetividade, colocada por alguns autores, deixa claro que os jornalistas devem estar sempre atentos às questões culturais e possíveis preconceitos, no exercício da profissão.

A busca da verdade, exatidão, equidade, bom senso e esmero na construção da notícia agregam valor ao trabalho e passam confiança ao receptor.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Rodrigo Miquel. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra – DC Luzzatto, 1996.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. *Notícia como representação social e a educação profissional jornalística*. In: INTERMEIO: REVISTA DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 21., 2005, Campo Grande. ANAIS... Campo Grande - MS: 2005. p. 16-25.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

CORREIA, Fernando. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Caminho, 1997.

CORNU, Daniel. *Ética da informação*. Bauru: EDUSC, 1998.

COSTA, Caio Túlio. *O relógio de pascal*. São Paulo: Siciliano, 1991.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, Ariane Carla Pereira. *Objetividade jornalística X subjetividades e ideologias do profissional – Dizeres de jornalistas sobre a profissão*. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO – JIED, 1º., 2008, Maringá. ANAIS... Maringá-PR: 2008. p. 697-707.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FILHO, Ciro Marcondes. *Comunicação e jornalismo: A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Coleção Comunicação, 2002.

FILHO, Clóvis de Barros. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.

GUERRA, Josenildo Luiz. *Neutralidade e imparcialidade no jornalismo: Da teoria do conhecimento à teoria ética*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXII, 1999, Sergipe.

Anais... Sergipe; 1999. p. 01-25.

HOHLFELDT, Antonio. *Jornalismo no Século XXI a Cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda, 2002.

HUDEC, Vladimir. *O que é o jornalismo*. Lisboa: Caminho, 1981.

KARAM, José Francisco. *A ética jornalística é o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, Bill; TOM Rosenstiel. *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração, 2003.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

LAGE, Nilson. *Controle da opinião pública: Um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevir, 2005.

MEC, Ministério da educação: *Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em jornalismo*. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26

de maio de 2016

OLIVEIRA, Michele Roxo de. *A profissionalização do jornalista via ensino: Argumentos mobilizados em defesa da formação escolar específica*. In: INTERCOM

– SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. XXXII, 2009, Curitiba.

Anais... Curitiba: 2009. P. 01-15.

PENA, Felipe. *Teorias do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2013.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ROSSI, Michelle; RAMIRES, Mário Marques. *A imparcialidade como conceito de qualidade jornalística*. In: COMUNICAÇÃO & MERCADO/UNIGRAN, 04, 2013, Dourados – MS.

Anais... Dourados: 2013. P. 77-83.

SILVA, Erotilde Honório; OLIVEIRA, Juliano Cordeiro da Costa Oliveira. *A construção da verdade dos fatos no jornal: O paradigma da produção da notícia em destaque*. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, XXIX, 2006, UnB.

Anais... BRASÍLIA: 2006. p. 01-15

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2012.

_____ *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1994.